RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.428	8.346
Concessionárias	5	38.001	8.736
Impostos e contribuições sociais	6	15.405	180
Outros créditos	10	110	179
Total do Ativo Circulante		**93.944**	**17.441**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	6	31.955	55.554
Tributos diferidos	7	43.593	32.383
Cauções e depósitos vinculados	9	30.170	2.208
Outros créditos	10		5
		105.718	**90.150**
Imobilizado	11	1.295.598	1.336.286
Intangível	12	15.056	15.545
		1.310.654	**1.351.831**
Total do Ativo Não circulante		**1.416.372**	**1.441.981**
TOTAL DO ATIVO		**1.510.316**	**1.459.422**

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	13	10.144	36.844
Impostos e contribuições sociais	6	290	291
Debêntures	14	6.128	3.956
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	31.255	110.713
Uso do bem público	16	864	836
Provisões	17	18.094	19.937
Outras contas a pagar	10	10.069	10.661
Total do Passivo Circulante		**76.844**	**183.238**
Não circulante			
Debêntures	14	216.828	208.679
Empréstimos e financiamentos	15	552.769	478.324
Uso do bem público	16	10.588	10.404
Provisões	17	9.916	13.833
Outras contas a pagar	10	399	547
Total do Passivo Não circulante		**790.500**	**711.787**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	728.600	627.601
Prejuízos acumulados		(85.628)	(63.204)
Total do Patrimônio líquido		**642.972**	**564.397**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.510.316**	**1.459.422**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2017	2016
Receitas	19	131.349	56.694
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	20		
Custo do serviço de energia elétrica		(26.334)	(26.294)
Custo de operação		(54.205)	(37.695)
		(80.539)	**(63.989)**
Resultado bruto		**50.810**	**(7.295)**
Despesas e Receitas operacionais	20		
Despesas gerais e administrativas		(3.825)	(5.972)
Depreciações e amortizações		(45)	(32)
Outras despesas e receitas operacionais		(317)	(3.518)
		(4.187)	**(9.522)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**46.623**	**(16.817)**
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		1.859	755
Despesas financeiras		(82.116)	(53.253)
		(80.257)	**(52.498)**
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		**(33.634)**	**(69.315)**
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		11.210	23.450
		11.210	**23.450**
Prejuízo do exercício		**(22.424)**	**(45.865)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,03576)	(0,07315)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	**(22.424)**	**(45.865)**
Resultado abrangente do exercício	**(22.424)**	**(45.865)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Geração do valor adicionado	**157.109**	**193.784**
Receita operacional	151.507	65.550
Receita relativa à construção de ativos próprios	5.602	128.234
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(44.465)**	**(120.337)**
Custos da energia comprada	(10.860)	(19.046)
Encargos de uso da rede elétrica	(18.148)	(10.211)
Materiais	(4.145)	(37.197)
Serviços de terceiros	(7.521)	(36.993)
Outros custos operacionais	(3.791)	(16.890)
Valor adicionado bruto	**112.644**	**73.447**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(44.045)	(31.905)
Valor adicionado líquido produzido	**68.599**	**41.542**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.980	794
Valor adicionado total a distribuir	**70.579**	**42.336**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.230	9.945
Benefícios	519	526
FGTS	234	837
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	6.502	(17.642)
Estaduais	201	388
Municipais	1	8
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	82.116	93.598
Aluguéis	200	541
	93.003	**88.201**
Prejuízo do exercício	**(22.424)**	**(45.865)**
	70.579	**42.336**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(33.634)	(69.315)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		44.045	31.905
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		2.734	1.268
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber			13.806
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		78.863	34.627
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.087	1.762
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		823	3.561
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		729	561
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		555	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(435)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(187)	(238)
		94.580	**17.937**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(29.265)	(8.736)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(5.546)	(5.142)
Cauções e depósitos vinculados		(1.315)	(2.208)
Outros ativos operacionais		74	13
		(36.052)	**(16.073)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(26.700)	(8.008)
Outros tributos e contribuições sociais		14.106	5.362
Provisões		(8.266)	(17.695)
Uso do bem público		(875)	(498)
Outros passivos operacionais		(1.295)	(109)
		(23.030)	**(20.948)**
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais		**35.498**	**(19.084)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(4.648)	(74.761)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		**(4.648)**	**(74.761)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções e depósitos vinculados		(26.212)	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		57.785	195.521
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(14.172)	(133.246)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(16.169)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	25.1	**1.232**	**62.275**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**32.082**	**(31.570)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		40.428	8.346
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.346	39.916
		32.082	**(31.570)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**627.601**	**(17.339)**	**610.262**
Prejuízo do exercício		(45.865)	(45.865)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**627.601**	**(63.204)**	**564.397**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**627.601**	**(63.204)**	**564.397**
Aumento de capital - AGE de 27/12/2017	100.999		100.999
Prejuízo do exercício		(22.424)	(22.424)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**728.600**	**(85.628)**	**642.972**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, sendo controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil).

A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/13, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão Início	Concessão Término
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão	219,00	129,70	29/05/13	29/05/48

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Em 31 de dezembro de 2017, da energia assegurada de 129,7 MWm: (i) 34,7 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR até dezembro de 2046; e (ii) 80,7 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Livre - ACL no prazo de julho de 2017 a dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018, a totalidade da energia assegurada está representada por CCEARs no ACR até 2046. O preço estabelecido no Contrato de Concessão para o ACR é de R$95,31 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

De acordo com o contrato de concessão, o cronograma para a entrada em operação comercial da UHE Cachoeira Caldeirão estava previsto para ocorrer a partir de janeiro de 2017. Contudo, a Companhia recebeu da ANEEL, durante o exercício de 2016, as Declarações Comerciais de Operação - DCOs para iniciar antecipadamente a operação comercial da UHE Cachoeira Caldeirão.

Da energia gerada antecipadamente às obrigações contratuais, parte foi fornecida ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo remuneradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (Submercado Norte) e liquidadas no mercado de curto prazo, e parte foi comercializada em contratos bilaterais.

Seguem abaixo, em ordem cronológica, as datas que foram previstas de entrada em operação, conforme contrato de concessão, e os respectivos Despachos que autorizaram a entrada em operação antecipada das unidades geradoras:

	Data prevista	Data da entrada em operação	Despacho - ANEEL	Capacidade Instalada (MW)
Unidade Geradora 01 - UG01	01/01/2017	05/05/2016	nº 1.104 de 04/05/2016	73
Unidade Geradora 02 - UG02	01/03/2017	07/06/2016	nº 1.491 de 06/06/2016	73
Unidade Geradora 03 - UG03	01/05/2017	04/08/2016	nº 2.108 de 04/08/2016	73

1.1.1 Uso do bem público - UBP

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R$658, fixado na data de assinatura do contrato de concessão, corrigidos anualmente pela variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente total remanescente da obrigação é de R$11.452 (R$11.240 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 16). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2018.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Provisões para contingências (Nota 17.1); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1); e Provisão para licenças ambientais (Nota 17.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias (Nota 5) que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRIC 23 - Imposto De Renda - Contabilização de Incertezas sobre tratamentos fiscais (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

O IFRS emitiu em junho de 2017 a IFRIC 23, que procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Muitas vezes não é claro como uma legislação tributária aplicar-se-á a uma transação ou a uma circunstância específica. Neste contexto surge a questão de como os impactos fiscais deveriam ser reconhecidos nas demonstrações financeiras se existirem incertezas em relação a opção do tratamento fiscal feito na declaração de imposto de renda. Para essa análise é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras conforme a declaração de imposto de renda e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à declaração de imposto de renda de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. A Administração da Companhia está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da referida norma.

2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018:

(i) No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a Administração não espera impacto na adoção desta norma em Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD na rubrica de Concessionárias.

(ii) Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia identificou a alteração de classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A Administração acredita que a alteração na classificação não impactará a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Cauções e depósitos vinculados	Ativos mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (Outros créditos)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

(iii) Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactarão a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Conforme descrito na nota 26.1, a Companhia possui R$1.343, ajustados a valor presente, em compromissos com arrendamento mercantil operacional, que estão contemplados no escopo da referida norma. No entanto, a Administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, com o tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado das demonstrações financeiras e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 - 2016. A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.
ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Administração acredita que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.
2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2017
Revisão de Pronunciamento Técnico do CPC nº 10/16
A revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia introduziu uma divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento (Nota 25.1). Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Liberações de recursos
Durante o exercício de 2017 a Companhia obteve as seguintes liberações de recursos junto ao BNDES:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
BNDES FINEM	jun/17	nov/37	8.613	TJLP + 2,12% a.a.	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão
BNDES FINEM	out/17	nov/37	50.347	TJLP + 2,12% a.a.	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão
			58.960		

Para mais informações sobre as liberações, vide nota 15.
3.2 Ministério de Minas e Energia - MME abre consultas públicas para remodelagem do setor elétrico
Em 03 de julho de 2017 o MME abriu para processo de consulta pública (nº 32/2017), o relatório "Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro". O documento apresenta princípios para o aprimoramento da estrutura legal, institucional e regulatória do setor. Adicionalmente, em 05 de julho de 2017, o MME disponibilizou a consulta pública nº 33/2017 em que apresenta diversas medidas das quais destacam-se: o ajuste legal na autoprodução, ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas, e medidas para afastar a judicialização no setor.
As referidas consultas públicas receberam contribuições até os dias 2 e 17 de agosto, respectivamente, sendo o Grupo EDP - Energias do Brasil elaborador de profundos estudos e simulações, que contaram com a participação de mais de 60 colaboradores, universidades, centros de pesquisa e ainda uma consultoria externa, Bain & CO, para atuar de maneira propositiva e abrangente, resultando em oito volumes de contribuições, compostos pela visão do Grupo para a reforma do setor elétrico brasileiro, seis notas técnicas temáticas e um caderno jurídico.
Com as mudanças propostas, espera-se um ambiente de negócios mais dinâmico, com expansão do mercado livre e liberdade de escolha dos clientes, sinais de preço que induzam eficiência, inserção da tecnologia na gestão dos equipamentos de rede e de produção, a expansão da oferta com mecanismo sustentável e paga por todos os agentes, e mais racionalidade econômica aos subsídios. Todos esses resultados tendem a trazer eficiência e agregar valor ao Grupo EDP - Energias do Brasil.
O Governo Federal está trabalhando na preparação de uma Medida Próvisória ou de um Projeto de Lei, com vistas a implementar as alterações propostas na consulta pública.
3.3 Descontratação de energia
Em 24 de julho de 2017 foi realizada a descontratação de contratos de energia no ACR, por meio do MCSD - A0, de 95 MW médios sendo, 14,30 MW médios mantidos para *hedge* e 80,70 MW médios recontratados no ACL para as comercializadoras dos controladores em conjunto, na mesma proporção de suas participações societárias. Esta descontratação tem vigência de julho a dezembro de 2017.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	2.781	4.862
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	37.647	502
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures		2.982
	37.647	**3.484**
Total	**40.428**	**8.346**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.
Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas de 90,00% a 95,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.
As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

5 Concessionárias

	31/12/2017	31/12/2016
Consumidores		
Clientes livres		96
	-	**96**
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	15.000	8.640
Energia de curto prazo	23.001	
	38.001	**8.640**
	38.001	**8.736**

Os saldos de Concessionárias são totalmente vincendos e são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.
Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD uma vez que a Companhia não possui saldos vencidos a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016.
A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.4.

6 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Ativos - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social		2.345		187	45		2.577
ICMS		103					103
PIS e COFINS	6.1	46.312	4.361			(14.107)	36.566
IRRF sobre aplicações financeiras		6.726	256		(45)		6.937
Outros		248	929				1.177
Total		**55.734**	**5.546**	**187**	**-**	**(14.107)**	**47.360**
Circulante		180					15.405
Não Circulante		55.554					31.955
Total		**55.734**					**47.360**

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Adiantamentos/ Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Passivo - a recolher					
ICMS	19	891	(903)		7
PIS e COFINS	9	14.098		(14.107)	
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	106	1.230	(1.213)		123
Encargos com pessoal	157	162	(159)		160
Total	**291**	**16.381**	**(2.275)**	**(14.107)**	**290**
Circulante	291				290
Total	**291**				**290**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.
6.1 PIS e COFINS
Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de insumos e de ativos imobilizados para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão a serem compensados com os respectivos débitos desses impostos na medida que os faturamentos de energia elétrica forem sendo realizados.

7 Tributos diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.
O Imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.
7.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
Natureza dos créditos	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**2017**	**2016**
Prejuízos Fiscais	21.999	14.105			7.894	14.105
Base Negativa da Contribuição Social	7.920	5.078			2.842	5.078
	29.919	**19.183**	**-**	**-**	**10.736**	**19.183**
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.458	1.209			249	1.209
Gastos Pré-operacionais	6.858	8.915			(2.057)	(18)
Uso do bem público - CPC 25	1.114	1.060	156	271	169	789
Licenças ambientais	4.400	2.287			2.113	2.287
Total diferenças temporárias	**13.830**	**13.471**	**156**	**271**	**474**	**4.267**
Total bruto	**43.749**	**32.654**	**156**	**271**	**11.210**	**23.450**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(156)	(271)	(156)	(271)		
Total	**43.593**	**32.383**	**-**	**-**		

7.2 Resultados tributáveis futuros
Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2021	2022	2023 a 2025	A partir de 2026	Total
3.325	4.767	16.588	19.069	43.749

8 Partes relacionadas

Além dos contratos de mútuo a pagar para suas controladoras em conjunto (Nota 15), que foram integralizados ao capital social em dezembro de 2017, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

				Ativo			Passivo				Receitas (Despesas)	
				Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante		Operacional	
	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	2017	2016
Concessionárias (Nota 5)												
Suprimento de energia elétrica												
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/04/2016 até 31/12/2016		4.810							33.550
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/06/2016 até 30/06/2016									2.522
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/07/2017 até 31/12/2017	4.803							28.503	
Lajeado	Controle Comum	108,68	01/07/2016 até 31/07/2016									445
Porto do Pecém	Controle Comum	113,58	01/08/2016 até 31/08/2016									2.113
ECE Participações	Controle Comum	147,05	01/09/2016 até 30/11/2016				351					4.837
CTG Brasil Comercializadora	Controladora em conjunto		01/07/2017 até 31/12/2017	4.803							28.503	
				9.606	**4.810**	**-**	**-**	**351**	**-**	**-**	**57.006**	**43.467**
Outros créditos e outras contas a pagar (Nota 10)												
Devolução - Prêmio de seguro												
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		31/12/2016			4						4
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2015 até 31/12/2018					21	318	(311)	(279)	
EDP Espírito Santo	Controle Comum		29/07/2015 até 29/07/2019					1	1	(7)	(10)	
Contrato Prestação de Serviços (b)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2016 a 31/12/2017							(466)	(404)	
EDP PCH	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2018						228	(460)	(433)	
				-	**-**	**4**	**-**	**-**	**22**	**547**	**(1.244)**	**(1.122)**
Fornecedores (Nota 13)												
Suprimento de energia elétrica												
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/04/2016 até 30/04/2016									(2.306)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/03/2017 até 31/12/2017				1.577				(29.591)	
Lajeado	Controle Comum	80,43	01/05/2016 até 31/05/2016									(479)
Energest	Controle Comum	126,35	01/01/2017 até 31/12/2046				385				(4.538)	
				-	**-**	**-**	**1.962**	**-**	**-**	**-**	**(34.129)**	**(2.785)**
				9.606	**4.810**	**4**	**1.962**	**351**	**22**	**547**	**21.633**	**39.560**

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 26.2).

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura
As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.
EDP - Energias do Brasil
O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.
O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/2008, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.
Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil e a Companhia poderá sofrer alterações quando da sua renovação.
EDP Espírito Santo
Este contrato tem por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações do Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como contratada a EDP Espírito Santo e contratante a Companhia.
Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.
Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL. Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/08, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação contratual.
(b) Contratos de Prestação de Serviços
Os contratos não necessitam ser submetidos à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.
Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/08, estes contratos poderão sofrer alterações quando da sua renovação contratual.
EDP - Energias do Brasil
O contrato, com previsão de vigência de 24 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2016, tem por objetivo a prestação de serviços corporativos pela *holding* EDP - Energias do Brasil à Companhia. Tratam-se de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, contabilidade e gestão tributária, auditoria, meio ambiente, jurídico, financeiro, informática, suprimentos, recursos humanos, planejamento energético etc.
EDP PCH
O contrato, com previsão de vigência de 36 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2016, tem por objetivo a prestação de serviços de operação e engenharia de operação e manutenção como por exemplo, atividades relacionadas a assuntos energéticos, a assuntos de intervenções e atividades relacionadas à área administrativa-técnica da operação da usina.
8.1 Controladora direta e Controladoras finais
A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., e China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.
8.2 Remuneração dos administradores
8.2.1 Remuneração total da Diretoria Estatutária paga pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	Diretoria Estatutária	
	2017	**2016**
Remuneração (a)	456	804
Benefícios de curto prazo (b)	21	32
Benefícios - Previdência Privada	3	41
Total	**480**	**877**

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.
(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9 Cauções e depósitos vinculados

		Não circulante	
	Notas	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Depósitos judiciais	17.1	3.523	2.208
Cauções e depósitos vinculados		26.647	
Total		**30.170**	**2.208**

O montante de Cauções e depósitos vinculados de R$26.647 refere-se a garantia exigida junto a 3ª emissão de debêntures da Companhia e ao financiamento do BNDES. Do montante total: (i) R$13.200 é correspondente a três vezes o valor da última parcela liquidada do financiamento e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; (ii) R$11.530 é correspondente à próxima parcela das debêntures a ser liquidada e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; e (iii) R$1.917 é correspondente a 1/6 da próxima parcela da dívida que serão mantidos na conta vinculada até o efetivo pagamento desta próxima parcela.

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Circulante		Não circulante	
	Nota	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		99	6		
Devolução - Prêmio de seguro	8				4
Despesas pagas antecipadamente		11	173		
Outros					1
Total		**110**	**179**	**-**	**5**
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			22	547
Folha de pagamento		63	102		
Benefícios pós-emprego			5		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.1	938	1.599		
Encargos setoriais		742	628	377	
Adiantamento de sinistros	10.2	8.325	8.325		
Outros		1	2		
Total		**10.069**	**10.661**	**399**	**547**

10.1 Obrigações Sociais e Trabalhistas
Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.
10.2 Adiantamento de sinistros
Refere-se ao valor ressarcido pela seguradora relativo ao incidente ocorrido na UHE Cachoeira Caldeirão, conforme descrito abaixo.
Em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Companhia realizou a abertura controlada na ensecadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.
Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Companhia assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento.
Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Companhia.
O montante de indenizações e despesas gerais desembolsado com este evento, registrados no resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas até 31 de dezembro de 2017, foi de R$10.855. Em 2016, em decorrência dos gastos realizados, a Companhia recebeu adiantamento da seguradora no montante de R$8.325. Atualmente, aguarda-se a finalização do processo junto a seguradora, momento em que o montante apurado e ressarcido da indenização será reclassificado para o resultado na rubrica de Recuperação de gastos.

11 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.
O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.
A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n°674 de 11 de agosto de 2015.
A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.
No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados posteriores a entrada em operação da UHE e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11.1 Composição do Imobilizado

	31/12/2017				31/12/2016			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos	3,12	83.684	(4.274)	79.410	3,12	83.586	(1.662)	81.924
Reservatórios, barragens e adutoras	3,09	404.491	(20.779)	383.712	2,00	406.124	(8.289)	397.835
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,16	319.759	(16.833)	302.926	3,35	319.735	(6.732)	313.003
Máquinas e equipamentos	3,28	556.144	(28.601)	527.543	4,38	551.873	(10.574)	541.299
Veículos	14,29	1.058	(507)	551	14,29	1.680	(756)	924
Móveis e utensílios	6,25	409	(6)	403	6,25	1.358	(57)	1.301
		1.365.545	**(71.000)**	**1.294.545**		**1.364.356**	**(28.070)**	**1.336.286**
Administração								
Máquinas e equipamentos	6,25	21	(1)	20				-
		21	**(1)**	**20**		**-**	**-**	**-**
Total do Imobilizado em serviço		**1.365.566**	**(71.001)**	**1.294.565**		**1.364.356**	**(28.070)**	**1.336.286**
Imobilizado em curso								
Geração		1.033		1.033				-
Total do Imobilizado em curso		**1.033**	**-**	**1.033**		**-**	**-**	**-**
Total Imobilizado		**1.366.599**	**(71.001)**	**1.295.598**		**1.364.356**	**(28.070)**	**1.336.286**

11.2 Movimentação do Imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2017
Imobilizado em serviço							
Terrenos	81.924		97	(2.611)			79.410
Reservatórios, barragens e adutoras	397.835		(1.633)	(12.490)			383.712
Edificações, obras civís e benfeitorias	313.003		25	(10.102)			302.926
Máquinas e equipamentos	541.299		4.925	(18.158)	(503)		527.563
Veículos	924		215	(141)	(410)	(37)	551
Móveis e utensílios	1.301		(949)	51			403
Total do Imobilizado em serviço	**1.336.286**	**-**	**2.680**	**(43.451)**	**(913)**	**(37)**	**1.294.565**
Imobilizado em curso							
Terrenos	-	97	(97)				-
Reservatórios, barragens e adutoras	-		1.633		(1.678)	45	-
Edificações, obras civís e benfeitorias	-	25	(25)				-
Máquinas e equipamentos	-	432	(4.925)			4.493	-
A ratear	-	3.822				(3.822)	-
Outros	-	1.100	734		(143)	(658)	1.033
Total do Imobilizado em curso	**-**	**5.476**	**(2.680)**	**-**	**(1.821)**	**58**	**1.033**
Total do Imobilizado	**1.336.286**	**5.476**	**-**	**(43.451)**	**(2.734)**	**21**	**1.295.598**

12 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do Intangível

	31/12/2017			31/12/2016		
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Geração							
Direito de concessão							
- Licenças ambientais	16,67	9.026	(3.008)	6.018	9.026	(2.747)	6.279
Direito de concessão							
- Uso do Bem Público - UBP	2,85	9.976	(1.343)	8.633	9.976	(1.059)	8.917
		19.002	**(4.351)**	**14.651**	**19.002**	**(3.806)**	**15.196**
Administração							
Software	20,00	240	(78)	162	142	(29)	113
		240	**(78)**	**162**	**142**	**(29)**	**113**
Total do Intangível em Serviço		**19.242**	**(4.429)**	**14.813**	**19.144**	**(3.835)**	**15.309**
Intangível em curso							
Geração		228		228	117		117
Administração		15		15	119		119
Total do Intangível em Curso		**243**	**-**	**243**	**236**	**-**	**236**
Total do Intangível		**19.485**	**(4.429)**	**15.056**	**19.380**	**(3.835)**	**15.545**

12.2 Movimentação do Intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2017
Intangível em serviço							
Software		113		98	(49)		162
Direito de concessão							
- Licenças ambientais		6.279			(261)		6.018
Direito de concessão							
- Uso do Bem Público - UBP	12.2.1	8.917			(284)		8.633
Total do Intangível em serviço		**15.309**	**-**	**98**	**(594)**	**-**	**14.813**
Intangível em curso		-					
Outros intangíveis em curso		236	126	(98)		(21)	243
Total do Intangível em curso		**236**	**126**	**(98)**	**-**	**(21)**	**243**
Total do Intangível		**15.545**	**126**	**-**	**(594)**	**(21)**	**15.056**

12.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Cachoeira Caldeirão. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 16) e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em junho de 2016, e ocorrerá pelo prazo da concessão (Nota 1.1.1).

13 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica	2.044	351
Encargos de uso da rede elétrica	1.801	1.955
Operações CCEE		5.777
Materiais e serviços	6.299	28.761
Total	**10.144**	**36.844**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

										31/12/2017				31/12/2016			
										Encargos	Principal			Encargos	Principal		
Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	15.650	10	156.500	3ª emissão em 15/12/2014	15/12/2014 a 15/06/2030	Financiamento para construção da UHE Cachoeira Caldeirão	IPCA + 7,2743% a.a.	Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	a. Penhor de ações da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil; b. Contas vinculadas; c. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; d. Fiança bancária da CTG Brasil.	560	5.660	217.344	223.564	653	3.303	209.384	213.340
(-) Custos de emissão				(891)		15/12/2014 a 15/06/2030			Amortização mensal			(92)	(516)	(608)			(705)	(705)
Total											**560**	**5.568**	**216.828**	**222.956**	**653**	**3.303**	**208.679**	**212.635**

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2016	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2017
Circulante								
Principal	3.303	(3.396)			5.460		293	5.660
Juros	653	(8.090)	14.308	(7.668)			1.357	560
Custo de transação	-				(189)	97		(92)
	3.956	**(11.486)**	**14.308**	**(7.668)**	**5.271**	**97**	**1.650**	**6.128**
Não circulante								
Principal	209.384			7.668	(5.460)		5.752	217.344
Custo de transação	(705)				189			(516)
	208.679	**-**	**-**	**7.668**	**(5.271)**	**-**	**5.752**	**216.828**

14.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2018	6.128
Total	**6.128**
Não circulante	
2019	12.368
2020	14.639
2021	15.779
2022	20.314
2023	20.322
2024 até 2030	133.406
	216.828
Total	**222.956**

A emissão de Debêntures feita pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

A totalidade das cláusulas pode ser consultada na escritura da respectiva emissão. As principais cláusulas do contrato prevendo rescisão estão descritas abaixo:

(i) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora ou da(s) Acionista(s), bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora ou pela(s) Acionista(s), ou de falência relativo à Emissora ou à(s) Acionista(s) formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo que para a(s) Acionista(s) as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto a(s) Fiança(s) estiverem em vigor;

(ii) extinção definitiva da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão;

(iii) declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento da Emissora ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES;

(iv) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pelas Acionistas;

(v) declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor superior a R$35.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo vencimento;

(vi) protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R$75.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado no prazo legal; ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;

(vii) qualquer alienação, cessão ou transferência direta ou indireta de ações representativas do capital social da Emissora, que resultem na mudança do controle acionário direto ou indireto da Emissora sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD; e

(viii) cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

										31/12/2017				31/12/2016			
										Encargos	Principal			Encargos	Principal		
	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional																	
CTG Brasil (*)	165.000	24/09/2015	100.750	24/09/2015 a 31/12/2017	Contratos de mútuo		100,3% do CDI	Principal e juros em parcela única no final					-	15.115	34.480		49.595
EDP - Energias do Brasil (*)	165.000	24/09/2015	100.750	24/09/2015 a 31/12/2017	Contratos de mútuo		100,3% do CDI	Principal e juros em parcela única no final					-	15.132	34.481		49.613
BNDES	504.100	25/11/2014	482.886	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20%.	TJLP+ 2,12% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	2.036	29.500	555.586	587.122	7.141	4.364	480.435	491.940
(-) BNDES - Custos de Transação			(739)	25/11/2014 a 15/11/2037				Amortização mensal			(281)	(2.817)	(3.098)			(2.111)	(2.111)
Total										**2.036**	**29.219**	**552.769**	**584.024**	**37.388**	**73.325**	**478.324**	**589.037**

(*) Os saldos dos contratos de mútuo foram integralizados como capital social em 27 de dezembro de 2017 (Nota 18.1).

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Transf. para aumento de capital (Nota 18.1)	Valor líquido em 31/12/2017
Circulante										
Principal	73.325	294	(10.776)			26.842		164	(60.349)	29.500
Juros	37.388		(8.079)	51.504	(38.842)			715	(40.650)	2.036
Custo de Transação						(469)	188			(281)
	110.713	**294**	**(18.855)**	**51.504**	**(38.842)**	**26.373**	**188**	**879**	**(100.999)**	**31.255**
Não circulante										
Principal	480.435	58.666			38.842	(26.842)		4.485		555.586
Custo de Transação	(2.111)	(1.175)				469				(2.817)
	478.324	**57.491**	**-**	**-**	**38.842**	**(26.373)**	**-**	**4.485**	**-**	**552.769**

15.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2018	31.255
	31.255
Não circulante	
2019	29.230
2020	29.242
2021	29.254
2022 até 2026	146.460
2027 até 2031	146.805
2032 até 2037	171.778
	552.769
Total	**584.024**

16 Uso do Bem Público - UBP

O UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento do UBP foi efetuado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em agosto de 2013, pois a mesma representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

A partir da entrada em operação comercial da usina, em maio de 2016, a Companhia iniciou os pagamentos do UBP estabelecidos no Contrato de concessão, atualizados monetariamente, de acordo com cálculo da ANEEL.

No exercício, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2017, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante. Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2016	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Circulante						
Uso do Bem Público	836	(1)	13	(875)	891	864
	836	**(1)**	**13**	**(875)**	**891**	**864**
Não circulante						
Uso do Bem Público	10.404	338	737		(891)	10.588
	10.404	**338**	**737**	**-**	**(891)**	**10.588**

17 Provisões

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1			4.296	3.561
Licenças ambientais	17.2	18.094	19.937	5.620	10.272
Total		**18.094**	**19.937**	**9.916**	**13.833**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo						Ativo	
	Nota	Saldos em 31/12/2016	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldos em 31/12/2017	Depósito judicial 31/12/2017	Depósito judicial 31/12/2016
Trabalhistas		5	510	(64)		15	466	6	
Cíveis	17.1.1.1	3.556	1.633	(450)	(1.515)	606	3.830	2.790	2.208
Total		**3.561**	**2.143**	**(514)**	**(1.515)**	**621**	**4.296**	**2.796**	**2.208**
Não circulante		3.561					4.296	2.796	2.208
Total		**3.561**					**4.296**	**2.796**	**2.208**

17.1.1.1 Cível

Referem-se a ações judiciais referentes ao incidente ocorrido na UHE Cachoeira Caldeirão (Nota 10.2). Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Companhia, qual seja indenização em R$20.000 para residências e R$35.000 para estabelecimentos comerciais.

A Companhia interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão no Supremo Tribunal Federal - STF do recurso extraordinário.

17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, conforme demonstrados a seguir:

			Ativo
			Depósito judicial
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Trabalhistas	33	5	
Cíveis	2.254	1.934	553
Fiscais	111		106
Total	**2.398**	**1.939**	**659**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível em andamento cuja as perdas estimadas como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 é de R$68.

17.2 Licenças Ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2017 de R$23.714 (R$30.209 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Cachoeira Caldeirão, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação - LO nº 0237/2015 foi emitida em 18 de dezembro de 2015 pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá e autoriza a Companhia a operar a UHE Cachoeira Caldeirão, localizada no rio Araguari, no município de Ferreira Gomes (AP).

A LO é válida pelo período de 6 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

Do montante provisionado, destacam-se os valores de R$11.886 relacionados às obras de melhoria de infraestrutura e saúde, R$3.199 relacionados a nota técnica sobre construção das sedes do IMAP e SEMA e R$2.294 relacionados ao monitoramento da fauna.

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo de 6 anos que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2017
Circulante	19.937	528	(7.752)	(111)	5.379	113	18.094
Não Circulante	10.272			(74)	(5.379)	801	5.620
Total	**30.209**	**528**	**(7.752)**	**(185)**	**-**	**914**	**23.714**

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R$728.600 (R$627.601 em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 728.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 27 de dezembro de 2017, foi realizado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de mútuos na data-base 30 de novembro de 2017 detidos pelos acionistas EDP - Energias do Brasil e CTG Brasil (Nota 15), na proporção que ambos os acionistas detêm no capital social da Companhia. O aumento foi no valor de R$100.999 com emissão de 100.999.500 novas ações nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R$1,00 por ação.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$763.924, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Acionista				
EDP - Energias do Brasil	364.000.000	50,00	313.500.250	50,00
China Three Gorges Brasil Energia	364.000.000	50,00	313.500.250	50,00
Total	**728.000.000**		**627.000.500**	

19 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

	MWh (*)		R$	
	2017	2016	2017	2016
Suprimento de energia	**1.073.036**	**621.435**	**147.567**	**60.551**
Energia de curto prazo	2.059	4.236	3.940	11.940
Comercialização		4.115		569
(-) Receitas capitalizadas				(7.510)
Receita operacional bruta	**1.075.095**	**629.786**	**151.507**	**65.550**
(-) Deduções à receita operacional				
PIS/COFINS			(14.014)	(6.758)
(-) Tributos capitalizados				695
P&D			(1.292)	(544)
Outros encargos			(4.852)	(2.249)
	-	**-**	**(20.158)**	**(8.856)**
Receitas	**1.075.095**	**629.786**	**131.349**	**56.694**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

20 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2017				2016
		Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outros	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda		9.771				9.771	17.284
Encargos de uso da rede elétrica		16.470				16.470	11.782
Encargos capitalizados (-)							(2.772)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.1		3.764	317		4.081	4.687
Material			623	7		630	193
Serviços de terceiros	20.2		3.710	2.381		6.091	4.827
Depreciação			43.426	25		43.451	28.070
Amortização			574	20		594	3.835
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					202	202	3.518
Aluguéis e arrendamentos			12	188		200	541
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					115	115	
Outras		93	2.096	932		3.121	1.546
Total		**26.334**	**54.205**	**3.870**	**317**	**84.726**	**73.511**

20.1 Pessoal e Administradores

	2017	2016
Pessoal		
Remuneração	2.135	1.276
Encargos	821	659
Previdência privada - Corrente	10	10
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	73	34
Despesas rescisórias	177	449
Participação no Lucros e Resultados - PLR	10	708
Outros benefícios - Corrente	434	470
	3.660	**3.606**
Administradores		
Honorários e encargos	419	1.076
Benefícios dos administradores	2	5
	421	**1.081**
	4.081	**4.687**

20.2 Serviços de terceiros

	2017	2016
Serviços de consultoria	1.477	1.239
Serviços de manutenção	2.454	696
Serviços de limpeza e vigilância	368	523
Serviços ambientais	67	137
Serviços de informática	879	1.092
Serviços condominiais	68	59
Serviços de publicação e publicidade	70	91
Serviços de telecomunicações	134	121
Serviços de transporte	347	384
Outros	227	485
	6.091	**4.827**

21 Resultado financeiro

	Nota	2017	2016
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.396	306
Energia vendida		209	183
Juros e multa sobre tributos	6	187	238
Outros juros e variações monetárias		185	
(-) Juros capitalizados			(2)
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras		(121)	(37)
Outras receitas financeiras		3	67
		1.859	**755**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2	(57.056)	(61.278)
Debêntures	14.2	(21.807)	(27.500)
(-) Juros capitalizados			40.345
Juros e variações monetárias			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1	(621)	(43)
Uso do bem público	16	(750)	(2.558)
Ajustes a valor presente		(1.251)	(430)
Outras despesas financeiras		(631)	(1.789)
		(82.116)	**(53.253)**
Total		**(80.257)**	**(52.498)**

22 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2017	2016
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(33.634)	(69.315)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	**11.436**	**23.567**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(201)	
Outras	(25)	(117)
Resultado de IRPJ e CSLL	**11.210**	**23.450**
Alíquota Efetiva	33,33%	33.83%

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2017	2016
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(22.424)	(45.865)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	627.001	627.001
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	**(0,03576)**	**(0,07315)**

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	37.647	3.484	37.647	3.484
Ativos mantidos até o vencimento						
Cauções e depósitos vinculados	9		26.647		26.647	
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento			2.781	4.862	2.781	4.862
Concessionárias	5		38.001	8.736	38.001	8.736
Outros créditos - Partes relacionadas	8			4		4
			105.076	**17.086**	**105.076**	**17.086**
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	13		10.144	36.844	10.144	36.844
Debêntures	14		178.906	216.572	222.956	212.635
Uso do bem público	16		10.172	8.971	11.452	11.240
Empréstimos e financiamentos	15					
Moeda nacional			584.024	489.829	584.024	489.829
Contratos de mútuo				99.208		99.208
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8		22	547	22	547
			783.268	**851.971**	**828.598**	**850.303**

24.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público e das debêntures difere do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 8,4% a.a. que representa a taxa atual de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, incluindo o risco de crédito; e

(ii) Debêntures: são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

24.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

24.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos da Companhia apresentados nas notas 14 e 15, possuem como contraparte o agente fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui risco de mercado associado ao CDI, TLJP e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.319			2.319	580	1.160	(580)	(1.160)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**2.319**	**-**	**-**	**2.319**	**580**	**1.160**	**(580)**	**(1.160)**
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(44.678)	(155.604)	(254.264)	(454.546)	(88.170)	(168.311)	88.170	168.311
Instrumentos financeiros passivos	**TJLP**	**(44.678)**	**(155.604)**	**(254.264)**	**(454.546)**	**(88.170)**	**(168.311)**	**88.170**	**168.311**
Debêntures	IPCA	(17.366)	(58.447)	(42.211)	(118.024)	(11.196)	(22.391)	11.196	22.391
Instrumentos financeiros passivos	**IPCA**	**(17.366)**	**(58.447)**	**(42.211)**	**(118.024)**	**(11.196)**	**(22.391)**	**11.196**	**22.391**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI estável em 7,00%; TJLP entre 5,00% e 6,75% a.a.; e IPCA entre 3,10% e 4,70% a.a..

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures captados pela Companhia são apresentados nas notas 14 e 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5).

A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 26.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2017						31/12/2016
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	2.144	3.036	4.964			10.144	36.844
Debêntures			6.128	74.473	142.355	222.956	212.635
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	4.466	4.869	21.920	125.950	426.819	584.024	589.037
Uso do bem público	74	146	644	2.934	7.654	11.452	11.240
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					22	22	547
	6.684	**8.051**	**33.656**	**203.357**	**576.850**	**828.598**	**850.303**

24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (C*ovenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 14 e 15. Até 31 de dezembro de 2017 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 26.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

24.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR a partir de 2017, pela transferência de 89% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Adicionalmente, no exercício de 2017, antecipando o cenário de deterioração do PLD e GSF em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, a Companhia implementou algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio (Nota 3.3).

24.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa e Concessionárias.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSAP etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2017	31/12/2016
Total dos empréstimos e debêntures	806.980	801.672
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(40.428)	(8.346)
Dívida líquida	766.552	793.326
Total do Patrimônio Líquido	642.972	564.397
Total do capital	**1.409.524**	**1.357.723**
Índice de alavancagem financeira - %	**54,38%**	**58,43%**

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

				Efeito não caixa		
	Nota	Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2017
Cauções e depósitos vinculados	9		(26.212)	(435)		26.647
Capital social	18.1	627.601			100.999	728.600
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14 e 15	801.672	27.444	12.766	(34.902)	806.980
		1.429.273	**1.232**	**12.331**	**66.097**	**1.562.227**

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2017	2016
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao imobilizado e intangível		40.345
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	528	12.562
Provisão para contingências no imobilizado e intangível	426	
Aumento de capital com capitalização de mútuos	100.999	
Constituição do Uso do Bem Público no intangível		566
Total	**101.953**	**53.473**

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2017					31/12/2016
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	925	431	17		1.373	823
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.618	8.918	8.496	88.866	110.898	108.919
Materiais e serviços	70.122	21.672	524	3.931	96.249	37.527
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	60.432	101.413	77.823	165.044	404.712	391.034
	136.097	**132.434**	**86.860**	**257.841**	**613.232**	**538.303**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2017					31/12/2016
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	603	349	14		966	663
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.655	9.311	9.311	110.833	134.110	135.908
Materiais e serviços	55.362	17.572	449	3.769	77.152	30.414
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	60.535	112.265	98.616	298.816	570.232	560.743
	121.155	**139.497**	**108.390**	**413.418**	**782.460**	**727.728**

26.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Depósito Caucionado	Empréstimos, financiamentos e debêntures	26.647	
Fiança Bancária	Empréstimos e financiamentos Debêntures	340.800	340.800
Fiança corporativa	Empréstimos e financiamentos Debêntures	340.800	340.800
Recebíveis	Outros	1.482	1.558
Penhor de ações	Empréstimos e financiamentos Debêntures	728.600	627.602
		1.438.329	**1.310.760**

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	30.092	200.000	30.092	200.000
Usinas	1.006.356		1.006.356	
Responsabilidade civil	50.000	50.000	20.000	20.000
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Acidentes pessoais	2.669	(*)	3.737	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$556 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$ 1.389.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cujo os limites são apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura em excesso para até R$50.000; e

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$18.218.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Yujun Liu
Presidente

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Antonio Eduardo Portela Ferreira da Costa
Conselheiro

Henrique Manoel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

José Cherem Pinto
Diretor Operacional e Técnico

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Diretor Financeiro, Operacional e Técnico Adjunto

Leonardo Nery dos Santos
Gestor Contabilidade UNG e FT
Contador - CRC 1SP261342/O-2 "S" AP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

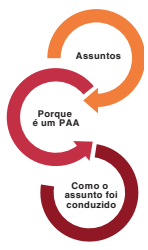
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

rincipais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, no julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos em sua auditoria do exercício corrente. O assunto a seguir foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação de eventual perda por redução ao valor recuperável (impairment) (Nota 11)	
Em 31 de dezembro de 2017, os ativos classificados no grupo do imobilizado somavam o montante de R$ 1.296 milhões. Eventuais perdas por redução do valor recuperável (impairment) de bens do ativo imobilizado são determinadas a partir de estimativas do valor em uso desses ativos. Em 2017, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade e concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável. Consideramos essa área como o principal assunto de nossa auditoria pela relevância dos valores e pelo fato de a determinação da necessidade da perda por redução ao seu valor recuperável envolver julgamentos significativos. Esses julgamentos incluíram projeções em relação a resultados futuros, com a utilização de premissas subjetivas, além da determinação de taxa de desconto.	Entre outros, executamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir, com o apoio de nossos especialistas em corporate finance. Analisamos e questionamos as previsões de fluxo de caixa futuro e o processo usado em sua elaboração, comparamos dados financeiros utilizados com a mais recente versão do orçamento, acompanhamos a aprovação desse processo pelos órgãos de governança, bem como realizamos testes do cálculo do valor em uso. Questionamos as principais premissas utilizadas, solicitando análises e estudos que deram base para as estimativas mais críticas, bem como a taxa de desconto utilizada, confrontando com entidades comparáveis. Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e os dados e informações por nós observados são consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6